



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA – UNILAB**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**SOCIOPOETIZANDO O OLHAR DE CRIANÇAS DE UMA ESCOLA
PÚBLICA SOBRE A DIFICULDADE ESCOLAR:**

Uma pesquisa no bairro São Benedito em Acarape-CE

MAIRLY DA ROCHA SILVA

REDENÇÃO-CE

2017

MAIRLY DA ROCHA SILVA

**SOCIOPOETIZANDO O OLHAR DE CRIANÇAS DE UMA ESCOLA
PÚBLICA SOBRE A DIFICULDADE ESCOLAR:
Uma pesquisa no bairro São Benedito em Acarape-CE**

Projeto de pesquisa apresentado à banca examinadora do instituto de Humanidades e Letras –IHL, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB; como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

**ORIENTADORA: Professora Dr. Rebeca de Alcântara e
Silva Meijer**

REDENÇÃO-CE

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Para mim, é impossível existir sem sonho. A vida na sua totalidade me ensinou como grande lição que é impossível assumi-la sem risco.

Paulo Freire

SUMÁRIO

1-APRESENTAÇÃO.....	5
2-JUSTIFICATIVA.....	7
3-PROBLEMATIZANDO A DIFICULDADE	
ESCOLAR.....	9
4-ESCOLA PÚBLICA, POBREZA E PROBLEMAS DE	
APRENDIZAGEM.....	13
4.1- Breve História da Escola Pública.....	13
4.2- A Pobreza e a Escola Pública.....	15
4.3 - A dificuldade de aprendizagem e o aluno pobre.....	17
4.4 - Exclusão social e fracasso escolar.....	18
4.5 - Dados sobre a Pobreza em Acarape.....	20
5- ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICO –	
SOCIOPOÉTICA.....	23
6- MÉTODOS/DESENHO DOS INSTRUMENTOS –	
DISPOSITIVOS.....	25
7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS	
FONTES.....	27

1. APRESENTAÇÃO

O projeto de pesquisa a seguir manifesta-se a partir dos fatores que revelam o olhar de crianças sobre as condições de uma escola pública do ensino fundamental e outras dificuldades que possam ser apresentadas por elas, em um bairro onde se localiza a EEF Francisco Rocha Ramos, no município de Acarape, no maciço de Baturité, que faz parte do polo da Serra de Guaramiranga do estado do Ceará, está distante 61,8km da capital, Fortaleza. Minha motivação está em questionamentos do senso comum e até de pesquisas que afirmam que crianças frequentam a escola por interesses, diferente da busca de aprendizado, como por exemplo a necessidade de se alimentar. De acordo com Algebaile (2004), também é muito comum se ouvir que a ausência de atenção da escola para com as crianças, as condições financeiras, o nível de escolaridade dos pais, o acompanhamento pedagógico, e má formação de professores podem ter como consequência a falta de desempenho escolar.

Ao fazer um estudo teórico sobre a Educação básica, compreendo que não é incomum constatar que muito se deixa a desejar, mas é importante saber e entender como é a visão das crianças. Saber sobre o que pensam acerca de sua educação escolar, como encaram as dificuldades, até que ponto gostam das ações escolares e o que não gostam nesse cotidiano.

Com o intuito de compreender, a partir da visão das crianças, o que dizem as pesquisas e o senso comum sobre o tema em tela, resolvi recorrer ao referencial teórico-metodológico intitulado sociopoética, um dispositivo que permite, a partir da arte e da expressão corporal coletivas, a construção de conceitos sobre temas diversos. A escolha da sociopoética se deu pelo público central da pesquisa, as crianças. A partir de oficinas de arte e expressão corporal desenvolveremos produções que posteriormente serão analisadas.

O projeto está estruturado da seguinte forma: no primeiro tópico constitui-se a introdução trazendo informações preliminares sobre o projeto e a estrutura.

No segundo Ponto, justifico a relevância da pesquisa. O terceiro tópico problematiza o projeto. Aqui apresento as principais referências teóricas, a questão norteadora e os objetivos de pesquisa.

É levantada a discussão acerca do problema e as dificuldades escolares dentro da escola pública, com o interesse de compreender as variáveis que podem influenciar no desenvolvimento das crianças, o que pensam acerca da sua educação, o que é repassado através da escola diante da sociedade em que vivem.

Posteriormente, o quarto ponto a ser ressaltado é o referencial teórico que subsidia este projeto. Questão da Escola pública, pobreza e os problemas de aprendizagem, que se divide em cinco pontos: com uma Breve História da Escola Pública, a relação de Pobreza e a Escola Pública, A dificuldade de aprendizagem e o aluno pobre, Exclusão social e fracasso escolar e fechando o tópico com Dados sobre Pobreza em Acarape.

Em seguida dando continuidade com os aspectos teóricos/metodológico apresento a proposta da sociopoética. Concluindo com o sexto ponto, métodos e desenhos dos instrumentos e dispositivos, objetivando especificamente a aplicação de oficinas sociopoéticas com um tema gerador a fim de produzir conceitos sobre as variáveis que interferem na aprendizagem, tendo como público-alvo crianças.

2. JUSTIFICATIVA

É, na aprendizagem, o objetivo de toda e qualquer escola, seja qual modalidade for, trabalhe sob definições de quaisquer níveis escolares existentes e determinados por lei, tenha seus alunos a faixa etária que tiver e sob qual intencionalidade existir. (KAUARK; SILVA, 2008, p. 265)

Segundo as autoras KAUARK, SILVA (2008) percebo que quando a escola estiver dando prioridade apenas ao ensino ao invés da aprendizagem, ela por certo alcança com menos peso esse objetivo. O que me leva a pensar como estudante de ciências humanas sobre o tema do presente projeto, é o fato de que crianças do bairro em São Benedito do município de Acarape, tem um diferente comportamento, o modo de se expressar, de se relacionar, o vocabulário usado. Crianças essas a qual convivi e observei de perto através de um projeto social (evangelismo) que acontecia uma vez por semana pela noite, numa escola municipal que tinha como objetivo ajudar dentro do seu ambiente cotidiano dando a atenção mais necessária de acordo com as condições, na alimentação, nas vestimentas, etc.. Além desta razão, uma outra que se destaca é o fato de ser moradora do município de Acarape e ver a realidade escolar destas crianças tão próxima de mim.

Ouvi relatos de algumas crianças por não terem feito nenhuma refeição o dia inteiro, de chegar ao ponto de frequentar a escola só para ter o que comer, pois indo a aula teria como forma garantida de se alimentar, para não perder o bolsa família, bolsa escola e outros poucos benefícios que lhe são oferecidos. Por incrível que pareça existe muita desigualdade social em um lugar pequeno como município de Acarape. Por isso são questões que se pode considerar importantes para entender o que leva e quais os fatores que interferem e prejudicam na sua aprendizagem e formação enquanto cidadãos de direitos.

A partir disso, considero importante estudar possíveis variáveis que podem interferir no processo de ensino e aprendizagem, estudar os diversos sujeitos envolvidos para depois tirar algumas conclusões. As possibilidades de estudo são imensas. Contudo considero muito significativo saber das próprias crianças sobre tais questões, já que são elas os sujeitos mais diretamente implicados no processo.

Foi também pela possibilidade do convívio com algumas crianças desse bairro que tive a oportunidade de algumas delas me relatarem que desejam um futuro melhor, apesar

das dificuldades na sociedade (preconceito de classe, raça, etc.). Porém foi relatado também por algumas outras crianças a opinião de que não tinham muitas escolhas de vida, de futuro. Para KAUARK, SILVA (2008) o que está perto de si, ao nosso alcance, se usa como meio de sobrevivência. Considero esse pensamento antagônico ao pensamento das últimas crianças. Isso me permite dizer que as crianças podem pensar que não há nenhum meio para ser um bom cidadão, um cidadão bem-sucedido, mesmo estando na escola. Que a escola não é uma alternativa, apesar de tão próxima e tão cotidiana. Nos dando ideia de um tom de revolta com o próprio poder público. Desacreditadas da assistência governamental na sua comunidade?

Portanto, a preocupação, o desejo, a opinião dessas crianças com base na sua educação é relevante para saber e entender a sua visão de mundo sobre as condições escolares que atravessam suas vidas familiares e social. Fatores que levam a ter uma atitude, segundo relato disseminado na mídia, de que vão à escola para se alimentar como meio de sobrevivência, em vez de ser para aprender e para o seu próprio crescimento (social, intelectual e outros).

E assim discutindo a história da escola pública, as dificuldades que ela enfrenta baseando-se nos dados do IBGE sobre os índices de pobreza, expondo o conceito de processo de ensino-aprendizagem na visão de autores que abordam a temática em estudo, em especial Erika de Souza Bueno(2013), Fabiana da Silva Kauark e Valéria Almeida dos Santos Silva(2008), Eveline Bertino Algebaile(2004), Aldáiza Spozati(2000) ressaltando também entender sobre pobreza e as dificuldades de aluno pobres, a exclusão social e o fracasso escolar. Com base nesse aporte teórico justifico a relevância de pesquisar as próprias crianças para ouvirmos seus pontos de vista sobre a escola. O ineditismo do tema será a análise dos próprios sujeitos criança na interface com o que se tem produzido minimamente sobre.

3. PROBLEMATIZANDO A DIFICULDADE ESCOLAR

O artigo nº 205 da Constituição Federal Brasileira de 1988 é claro quando diz que a educação é direito de todos os cidadãos e é o dever do Estado, mas também da família, e que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Considero relevante iniciar a discussão sobre as dificuldades no ambiente escolar, lembrando sobre a educação básica, que, segundo a atual Constituição Nacional do Brasil, é um direito de todos e se coloca como uma nova forma de administração.

E como a todo conceito corresponde um termo, vê-se que, etimologicamente, “base”, donde procede a expressão “básica”, confirma esta acepção de conceito e etapas conjugadas sob um só todo. “Base” provém do grego *básis*, eós e corresponde, ao mesmo tempo, a um substantivo: pedestal, fundação, e a um verbo: andar, pôr em marcha, avançar. (CURY, 2008, p. 294)

A partir do exposto pelo pesquisador percebo a importância da educação na vida de uma criança, isso nos permite dizer que quando CURY (2008) relata a educação básica tendo como objetivo “avançar”, quer dizer um avanço de construção social, intelectual, formação cidadã e como um dever do Estado e de seus agentes fazer cumprir adequadamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN.

A educação brasileira sempre se viu desafiada frente a importantes temas, tais como a qualidade da educação básica, o acesso à educação superior e a formação de seus professores. Além desses temas, há grande destaque para as metas do PNE (Plano Nacional de Educação), no qual grandes e polêmicos desafios se mostram à nossa educação. (BUENO, 2013, p.01)

Segundo Bueno (2013) pode-se entender a grande importância dos anos iniciais de uma criança, pois é nessa pouca idade onde vai absorver as primeiras impressões da vida em coletividade e vai desenvolver importantes competências para toda a vida, por isso a importância da boa qualidade de ensino. Ainda segundo Luiz Paulo Vellozo Lucas (2015), a escola não substitui a família, mas dá um bom complemento para ajudar nessa construção social, é isso que a escola deveria proporcionar: troca de ideias com profissionais, a viabilidade de brincar, de se alimentar corretamente, de ter acesso à tecnologia, etc. Isso tudo é relevante para o desenvolvimento do ser em desenvolvimento.

No entanto há um conjunto de variáveis que interferem direta e indiretamente na boa condução da escolarização e no desempenho de várias crianças. No recorte que faço nesse projeto de pesquisa enfatizo o tema da pobreza, exclusão e os possíveis impactos, como por exemplo, problemas de aprendizagem. Para tanto no que tange a pobreza, ao fracasso escolar e a exclusão social, concordo com os estudos de Spozati (2000) e Algebaile (2004), onde parte de tais fenômenos é causado pela falta de infraestrutura, o trabalho de profissionais mal qualificados, carência de vagas nos espaços escolares, verbas insuficientes, projetos inacabados, dentre outros.

A questão da pobreza e o desempenho escolar, assim como o desejo de estar na escola por parte das crianças, são elementos que me impulsionam à busca de respostas.

Ao problematizar esse conjunto de fatores destaco a situação econômica, o que remete a pobreza e a desigualdade social. Este destaque se deu por conta da ênfase apontada pelas próprias crianças da escola alvo da presente investigação. No bojo do debate resgato um elemento central, alguns programas de assistência social do Brasil. Ora, para cumprir o papel de minimizador do impacto da pobreza na escolarização das crianças foi criado o Programa Bolsa Escola pelo Governo Federal a partir da LEI No 10.219, 11 de abril de 2001. Em seguida um outro conhecido nosso, o programa Bolsa Família, Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

Tais políticas surgem com o objetivo de melhorar as condições de vida e suprir as necessidades básicas das famílias brasileiras, onde é repassado um valor mensal para os cadastrados e se aplica à manutenção básica da educação das crianças evitando que elas trabalhem e permaneçam em situação de estudos.

Porém, segundo alguns pesquisadores, como Eveline Bertino Algebaile (2004), a situação não está suficientemente adequada para diminuir as variáveis que podem interferir na escolarização sem pobreza para as crianças. Existe ainda problemas que devem ser enfrentados, uma vez que esses benefícios se tornaram em alguma medida e quase que exclusivamente, um meio de obrigar o aluno a ir para a escola. Para que uma medida que garanta a frequência escolar? A escola por si não deveria ser atraente e convidativa?

A pobreza, como antes mencionada, gera um conjunto de problemas fora e dentro do convívio escolar. Programas como o Bolsa Escola e o Bolsa família são parte de políticas assistencialistas que se prestam a ajudar na manutenção da criança na escola sob pena de corte dos repasses mensais, no entanto, em conformidade com a literatura aqui

estudada, a ajuda não vem sendo suficiente para diminuição dos impactos da pobreza na vida escolar de várias crianças.

A partir de tais afirmações, com base na literatura apresentada, aprofundo a problematização apresentando a interface da pobreza e a dificuldade de aprender do aluno vitimado por tais realidades. Segundo Aldaíza Spozati (2000), quanto mais pobre o país, mais põe o risco de aumentar a meta de um bom aprendizado para o desenvolvimento infantil e juvenil. E ainda, a pobreza pode causar dificuldades de aprendizado por motivos exteriores à criança. No entanto muitas acreditam que são culpadas do fraco desempenho. Este é um fator de impactos possivelmente graves para o desenvolvimento de tais crianças, como nos adverte em seus estudos (KAUARK; SILVA, 2008), dentre outros.

No tocante ao que assevera Algebaile (2004), a essencial relação entre escola e cidadania se dá a partir de quando a exclusão não existe. Pois a educação é o caminho mais curto para entender a cidadania. Estes argumentos reforçam a urgência de se indagar sobre o peso da exclusão para os escolares. Ainda é relevante compreender que o tema da exclusão abarca várias tipologias e não apenas àquela que estamos aqui dando ênfase, a de tipo social, ela abrange desde gênero, raça, passando pela estética e este conjunto é um outro quadro instigante de análise.

Pobreza, fracasso escolar e exclusão são problemas recorrentes em toda a tessitura social brasileira. No município de Acarape não poderia ser diferente. A frequência de pobreza é de 57,94%, sendo essa frequência subjetiva de 65,27%, olhando para esses números quer dizer que é mais da metade da população. De acordo com o índice de Gini¹. A desigualdade social é de 0,38 com os limites inferiores de incidência da pobreza subjetiva, está também acima da metade com 60,89% e o limite inferior de Gini é 0,36. Já os limites superiores são de 63,54% e o de Gini de 0,41%. Portanto através desses números percebemos que o município está com maior parte da população acima da incidência da pobreza.

No universo de dados quantitativos e qualitativos é relativamente fácil reunir elementos que mostrem a fragilidade que existe para o êxito escolar de crianças em situação de pobreza, de desigualdade social e de exclusão. No entanto se faz também necessário compreendermos como os sujeitos envolvidos em tais questões sentem-se.

¹ O coeficiente de Gini (ou índice de Gini) é um cálculo usado para medir a desigualdade social, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912. Apresenta dados entre o número 0 e o número 1, onde zero corresponde a uma **completa igualdade** na renda (onde todos detêm a mesma renda per capita) e **um** que corresponde a uma **completa desigualdade** entre as rendas (onde um indivíduo, ou uma pequena parcela de uma população, detêm toda a renda e os demais nada têm).

Mesmo o público-alvo aqui indicado sendo crianças, isto não significa que as mesmas não tenham opinião, não percebem a realidade e suas problemáticas. Por isso a busca de compreender, a partir da seguinte questão norteadora: **o que pensam crianças do 4º ano da rede pública sobre as variáveis que interferem em sua aprendizagem.** A questão é, tentar entender esse olhar como chave dos efeitos da educação formal realizada e a relevância desse olhar infantil que pode nos dizer muito sobre a atual educação brasileira, sobre a qualidade dentro do ambiente escolar, a sua interferência na vida das crianças e quais efeitos podem causar no seu desenvolvimento na interface aqui tematizada e a partir de seu próprio entendimento.

Sendo assim podemos perceber a necessidade da visão da criança, como forma de ver os dois lados, pesquisando a visão da mesma. Segundo Uiliete Márcia Silva de Mendonça (2007) quando reflete sobre a criança, considera

[...]a importância de conhecê-la e reconhecendo que ela é sujeito que produz cultura, que pensa, que se expressa, surgiu o interesse em pesquisar o seu olhar sobre a escola de Educação Infantil — o seu papel, a sua finalidade —, verificando o que ela pensa sobre a escola em que estuda. (MENDONÇA, 2007, p. 01)

O foco primeiro é, insisto, compreender a criança com os seus gestos, o seu olhar, compreender suas produções e preocupações. Pois significativamente, não é possível desenvolver um processo educacional com qualidade, passando por cima dos problemas e dificuldades de aprendizagem de cada aluno. Não se pode fazer de conta. (KAUARK; SILVA, 2008).

Com essas preocupações, defino como **objetivo central** de investigação: Pesquisar a visão de crianças de 4º ano da rede pública sobre as variáveis que interferem em suas aprendizagens.

Como objetivos específicos do projeto:

- Aplicar oficinas sociopoéticas com um tema gerador a fim de produzir conceitos de crianças sobre as variáveis que interferem em sua aprendizagem.
- Analisar as oficinas sociopoéticas buscando capturar o pensamento de crianças sobre as variáveis que interferem em sua aprendizagem.
- Refletir sobre as variáveis que interferem na aprendizagem de crianças do 4º ano a partir de conceitos produzidos pelas mesmas em oficinas sociopoéticas.

Para conduzir a pesquisa enfatizo novamente a questão norteadora: o que pensam crianças do 4º ano da rede pública sobre as variáveis que interferem em sua aprendizagem? Tais questões serão desenvolvidas por meio de oficinas sociopoéticas a partir de um tema gerador que permita a produção de conhecimento por parte das crianças.

4. ESCOLA PÚBLICA, POBREZA E PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM

- ASPECTOS TEÓRICOS

4.1 Breve História da Escola Pública

Primordialmente a educação pública nasceu na Prússia (28 de outubro de 1717), um reino que originou do Império Alemão (hoje esse território é o norte da Polônia) segundo Rogério Maestri (2012) quando o rei Frederico Guilherme I elaborou o ensino primário obrigatório para as crianças terem um tempo de estudo a partir dos 5 a 12 anos de idade em seu país. Assim tornando a educação Prussiana a frente dos outros países, pelo fato de universalizar a educação mesmo quando outros países consideravam o ensino inútil para o povo.

No Brasil a história da educação se inicia no século XVI quando os Padres (jesuítas) chegam de Portugal no período da colonização com o objetivo de catequizar, civilizar o povo nativo. Conforme Priscila Maria Romero Barbosa (2012), posteriormente essa forma de educação teve mudanças, os jesuítas se voltaram apenas para a educação dos filhos dos colonos, pois era o único meio de ensino das elites na época.

Enquanto o homem branco recebia instrução e o índio era catequizado e aproveitado para trabalhos manuais – dentro das missões, também conhecidas como reduções, visto que os nativos eram “reduzidos” à Igreja e à sociedade civil – o negro continuava a ser vendido como mera mercadoria ou coisa sem alma. (BARBOSA, 2012 p.01)

Isso se resume como era o controle pelos jesuítas na sociedade. Já a questão das mulheres, as mesmas assumiam o papel de domésticas, não tinham acesso a aulas e eram orientadas como deviam se comportar como esposas e mães. Esse poder político econômico regido pelos jesuítas chegou a ficar tão avançado que se tornou rival do Estado Português por conta de interesses de exploração do território, assim os jesuítas foram expulsos pelos colonos.

Segundo Barbosa (Idem) surge as Aulas Régias (1759 – 1834), nesse período teve uma falha em relação ao ensino, por exemplo, o governo não se importava muito com a educação, principalmente na modalidade rural, alfabetizadora e de escravos (1772). Esta negligência só foi solucionada com a Reforma Pombalina, pois foi fundado oficialmente a escola pública em nível primário e secundário. As aulas oferecidas eram de línguas modernas, geometria e ciências naturais, desenho, aritmética.

Mesmo com a reforma as mulheres ainda não tinham os mesmos direitos que os homens, continuavam com o mesmo papel diante da sociedade. Só houve alguma mudança com a Lei de 15 de outubro de 1827, que tinha o objetivo de acabar a exclusão. Então passou a ser permitido classes femininas.

Dificuldades relacionadas à educação foram encontradas em todos os níveis, visto que a elite monárquica não se importava com o ensino da maioria da população – predominantemente rural, analfabeta e escrava. Assim, aqueles que não podiam contratar professores particulares acordavam para aulas conjuntas e, aos pobres, restavam algumas escolas que só ensinavam a ler, escrever e contar. (BARBOSA, 2012, p. 02)

A educação desde o começo sempre se relacionou com as dificuldades, pois as elites não se interessavam para a educação da população, principalmente a classe trabalhadora. Com o passar do tempo começou o período republicano (1889), que foi na verdade o ensino modernizado. Mesmo assim continuavam sendo poucas as vagas ofertadas e era exclusivo para os filhos das elites, tendo como resultado um número maior de analfabetos no Brasil. Em 1932, que surge o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, ou seja, uma nova educação que buscava o ensino obrigatório (público) em todo país, independente de raça, gênero ou nível de estudo. A partir daí com a formação do Novo Estado (Getúlio Vargas) em 1937, esse sistema educacional se resume em “cidadão-trabalhador, uma pedagogia que favorece a exclusão de classe, quanto aos que são da classe baixa tem apenas a opção de trabalhar” (Barbosa, 2012).

Conforme Barbosa (2012) diante das dificuldades sob um regime militar se agravava a situação do analfabetismo no Brasil, outro problema a ser enfrentado foi a falta de profissionais especializados e de infraestrutura piorando a situação da educação pública no país. Em 28 de novembro de 1968 a universidade etilista estabelece, uma reforma universitária, instituindo o vestibular por classificação, dando ainda mais

oportunidades para estudantes das escolas privadas. Com a chegada do processo democrático (1980) novas leis foram criadas e a classe estudantil adquiriu força política.

No tocante ao “fracasso do Plano Cruzado” (1986) é feita referência a retirada de mensalidades do ensino privado, por fim tornando a escola de qualidade cada vez mais limitada. Daí surgiu grupos “como a Associação Nacional de Educação (ANDE), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Elas exigiam verbas públicas somente para escolas públicas”. (BARBOSA, 2012) que lutavam por uma educação melhor e gratuita para todos, onde existia manifestações como o *Manifesto à nação* (1987) em busca de direitos igualitários.

4.2 A Pobreza e a Escola Pública

Sobre a pobreza na escola pública, é relevante levar em conta que “a tendência é examinar a questão de forma apartada, onde o horizonte da ação fica restrito a minorar ou melhorar a situação de pobreza e não em criar a não-pobreza. O mesmo raciocínio aplica-se ao fracasso escolar ou à exclusão social.” (SPOZATI, 2000, p. 22), encaramos a pobreza como falta de infraestrutura, de qualificação, vagas insuficientes para crianças nas escolas, entre outros, como também a questão dos projetos nunca cumpridos completamente, verbas não suficientes para cobrir as necessidades da escola. Eveline Bertino Algebaile (2004) falando sobre a pobreza relata

[...] a escola que chega aos pobres também não pode ser compreendida “em negativo”, como mero resultado do malogro de projetos. Ela deriva, em boa medida, de uma certa funcionalidade que vai adquirindo para o Estado brasileiro em formação, e o “insucesso” de projetos, a insuficiência de investimentos, o descompasso entre quantidade e qualidade, dentre outros aspectos, não são causas da não realização, no Brasil, de uma escola pública próxima à que se formou nos países de capitalismo avançado, mas expressões do lugar secundário que as funções educativas ocupam na formação da escola pública brasileira, tendo em vista o papel que ela passa gradualmente a assumir na gestão da pobreza. (ALGEBAILLE, 2004, p.16)

Corroborando com a pesquisadora, entendo a escola como um múltiplo de situações facilitadoras e dificultadoras do sucesso escolar, mas quando falamos especificamente em dificuldades na escola destacamos primeiramente o meio econômico ou a pobreza como principais causadores. Em geral é assim que esse tema é enfrentado pela sociedade. Voltemo-nos para a questão do Bolsa Escola que foi regulado pelo

domínio do MEC (Ministério da Educação) que se dava pelo cadastramento CEF (Caixa Econômica Federal).

Esse o responsável por fornecer infraestrutura, sistema dos dados, pagamento dos benefícios e elaboração de relatórios e avaliação da realização do esquema pelo Ministério da Educação. Estabelecendo esse esquema nas escolas dos municípios brasileiros que tinham ocupações operacionais e administrativa, ou seja, fiscalizava a assistência e o apoio pedagógico.

Segundo Algebaile (2004) e os dados das normas da LEI No 10.219, 11 de abril de 2001, o Bolsa Escola, que foi um programa criado pelo Governo Federal e teve como objetivo assistir famílias em estado de pobreza ou de extrema pobreza. Hoje, o programa Bolsa Escola já não existe mais, sendo substituído pelo programa Bolsa Família, Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Com a intenção de melhorar as condições de vida e suprir as necessidades básicas das famílias brasileiras, programa esse que funciona por meio de cadastro, repassando um valor mensal para os cadastrados, para ser aplicado na educação das crianças com intenção de manter a educação infantil para evitar que trabalhem.

Para o cadastro do bolsa família são necessárias algumas condições para ser realizada, primeiramente manter atualizado o cadastro no CADÚNICO, assim os dados que são pedidos para comprovação de renda, e outros elementos, mantem o controle quanto a isso. O nível de necessidade dos benefícios vai ser indicado no cadastro. Os valores básicos são de R\$ 85,00 a R\$ 457,00 mensais destinados a famílias de pobreza extrema, mas varia pela quantidade de filhos matriculados (monitorado pela escola), pois cada criança é beneficiada com R\$ 39,00, pode ser cadastrado no programa até cinco filhos. Recebendo mais de R\$ 46,00 alunos entre 16 e 17 anos, sendo que esteja com os estudos em dias e a frequência na escola.

Eveline Bertino Algebaile (2004) relata que esses benefícios se tornaram um meio de obrigar ao aluno a ir para a escola, como também “medidas coercitivas para que os pais obriguem os filhos a irem à escola;” (Spozati, 2000, p. 22). É uma forma de manter o controle sobre a frequência estudantil. Faltando mais que os dias permitidos automaticamente seria cortado o benefício da família da criança. Ora, “As ações de caráter assistencial e pedagógico foram definidas como “ações socioeducativas”, que são atividades que proporcionam melhoria de vida da população, como o acompanhamento de doenças (diabetes, hipertensão etc.) avisos sobre prevenções, desenvolvendo ações de vários segmentos junto com a comunidade que deviam ser realizadas pelos municípios de

forma associada à implantação do programa e conforme as orientações e critérios por ele dispostos”. (ALGEBAILLE, 2004. P.250) ações essas que foram formadas como base aos trabalhos escolares, de alimentação e de atividades complementares. Sendo realizada pela administração municipal transformando os benefícios como forma de garantir a ida da criança a escola.

De acordo com Algebaile (2004), analisando a questão de pobreza sabemos que o cadastramento desses benefícios nunca deixou de acontecer para milhares de famílias nos municípios brasileiros, pois vem há anos cada vez mais registros de famílias nos dando conta de que a pobreza é ainda frequente. Mas estas ações estão sendo suficientes para a obtenção do êxito da criança pobre na escola?

Construir e manter uma rede pública municipal de educação infantil de qualidade é um passo central no enfrentamento da pobreza e na criação de perspectivas para que essas crianças não se mantenham na pobreza, tenham uma vida digna e com perspectivas no presente e no futuro. (LUCAS, 2015, p. 01)

Para Lucas, o enfrentamento da pobreza, depende prioritariamente de uma escola de qualidade. Programa do governo de repasse de pequenas quantias para as crianças não garantem, pelo que percebo, o sucesso na escolarização. O senso comum, ao que me parece, absorveu a ideia de que a criança pobre não quer e nem precisa de qualidade na educação pública. Para estas “a escola se tornou um lugar de provisão restrita de meios para a sobrevivência”, (ALGEBAILLE, 2004. p.257).

4.3 A dificuldade de aprendizagem e o aluno pobre

No tocante as dificuldades de aprendizagem do aluno pobre, considero relevante o que adverte Kauark e Silva (2008):

De modo geral, as crianças com dificuldades de aprendizagem e de comportamento são descritas como menos envolvidas com as tarefas escolares do que os seus colegas sem dificuldades. (KAUARK; SILVA, 2008, p. 267)

Não é difícil concluir que para as crianças com algum nível de dificuldade haverá a possibilidade do desinteresse pela rotina escolar. A rotina infantil é cheia de desejos de brincadeiras, lazer. Para quê insistir se motivando em algo que não funciona se existe um mundo de possibilidades nos espaços fora da escola? Além da falta de interesse, outros elementos podem acontecer.

[...] as crianças que apresentam “pobre” desempenho escolar e atribuem isso à incompetência pessoal apresentam sentimentos de vergonha, dúvidas sobre si mesma, baixa auto-estima e distanciamento das demandas da aprendizagem, caracterizando problemas emocionais e comportamento internalizados. (KAUARK; SILVA, 2008, p.267)

Outro aspecto apresentado pelos estudos de kauark e Silva diz respeito ao distanciamento das crianças devido ao desenvolvimento de baixa autoestima. Vivenciei uma situação com crianças do bairro em São Benedito em Acarape, pois por um momento escutei algumas dessas falando de suas dificuldades em casa, o que tinha como influência nos estudos por parte dos pais, meio financeiro, etc. Concordo também com Aldaíza Spozati (2000) quando relata o que leva a criança/juvenil para longe da escola, é o afastamento de sua realidade pessoal. Dessa forma a escola não tem que ter apenas vagas para serem preenchidas e sim, um espaço escolar de escuta, de acolhimento e capaz de contribuir para o sucesso dos escolares no que diz respeito ao seu desenvolvimento intelectual e psicológico.

4.4 Exclusão social e fracasso escolar

No que diz respeito a exclusão social na interface com o fracasso escolar me chama atenção o trabalho de Natália de Souza Duarte (2012), quando adverte que a população pobre brasileira se acostumou com os sucessivos episódios de fracasso escolar. Senão vejamos:

Entretanto há consenso de que os pobres sempre tiveram um percurso escolar marcado pelo fracasso escolar. Em uma análise histórica encontramos teorias que imputaram o fracasso no sistema escolar a falta de habilidades e capacidades individuais (DUARTE, 2012, p.68).

Podemos refletir, tomando como esteio a realidade de milhares de crianças pobres no Brasil, a causa desse fracasso escolar, seria em grande medida o próprio poder público, com promessas não cumpridas, a falta de infraestrutura, bem como a carência na qualificação quanto a formação de professores. E quando o fracasso está associado ao sucesso no processo de alfabetização dos sujeitos sociais? Concordo novamente com Aldaíza Spozati quando diz que seria índice de sucesso o adiantamento da alfabetização infantil (5 anos de idade), pois é considerável o fracasso quando a ocorrência das oito series são incompletas (Unicef – 1999).

A ideia de oito anos de frequência à escola - sem incluir nessa conta um ou dois anos de educação infantil - supõe que a criança, após tal frequência, terá desenvolvido e atingido o padrão básico de escolaridade. Será essa uma situação de não-fracasso? Até pode ser, mas certamente não significa sucesso, ou desenvolvimento pleno; o padrão básico de sobrevivência instrucional não se relaciona apenas a grandes possibilidades de desenvolvimento do indivíduo. (SPOZATI, 2000, p.24)

A alfabetização na idade certa é um aspecto importante de êxito na escolarização, Mas como nos adverte Spozati (2000), não é um determinante para garantir sucesso no final dos ciclos escolares futuros.

A exclusão tem muitas interfaces, pelo que estou percebendo. Ela abrange várias características, não só de classe social, mas também de gênero, raça, idade, estética, etc. A escola precisa adquirir condições materiais e imateriais para lidar pedagogicamente com estas diversas interfaces sob pena de deformar e não formar para o bom convívio social e humano.

No tocante a este projeto o limiar entre o sucesso escolar é o fracasso escolar, provavelmente é a escola criar condições de inclusão, de aceitação da condição de pobreza e de ausência do Estado. É exatamente apostar na condição de ser criança incluída. Neste caso o processo de inclusão social não é apenas ir à escola, é a necessária integração da criança a escola, a sala de aula e as relações humanas.

Historicamente o mal desempenho de escolares pobres foi sempre atribuído a deficiências pessoais, como por exemplo fome, doença, incapacidade mental, dentre outros. Tanto que Sucupira (2005) adverte que nas décadas de 1970 a 1980, era comum atribuir o fracasso escolar a problemas de dislalia, dislexia ou até limitrofias. Já nos últimos anos do século passado, a culpa do fracasso escolar esteve localizada no déficit de aprendizagem.

Muito conceituado no Brasil são os estudos de Patto (1990) no que se refere ao fracasso escolar. A autora adverte que o fracasso escolar da classe popular tem raízes históricas que são determinadas pelo contexto socioeconômico e político no qual preconceitos e estereótipos sociais são acionados na trajetória escolar individual.

A autora ainda analisa o olhar da psicologia sobre o fracasso escolar e conclui que grande parte desta percepção é carregada de pressupostos racistas e elitistas. No entanto conclui que o fracasso escolar das classes populares está muito mais ligado a representação negativa da escola da capacidade intelectual destes alunos, que tem como consequência a desvalorização do escolar em situação de pobreza (PATTO, 1990).

4.5 Dados sobre a Pobreza em Acarape

Inicialmente para entendermos a questão da pobreza em Acarape é necessário conhecer primeiro geograficamente e historicamente do município de Acarape para conseguirmos chegar aos nossos dados segundo o IBGE de 2003.

Acarape fica localizado no estado do Ceará, na microrregião de Baturité. Fica à 61,8km de Fortaleza (capital), com altitude de 95m acima da maré, com área de 160.30km². Se divide em dois distritos Canta Galo e Acarape sede, tem um clima tropical quente semiárido, com vegetação da caatinga, com chuvas de janeiro a abril, mas atualmente essa frequência vem diminuindo. As principais fontes de água são os açudes, riachos e lagoas, que são: Açude Hipólito, Açude Antônio Vieira, etc. o número mais próximo de habitante é de 15.338 (segundo senso de 2010 do IBGE).

Com base na obra Memórias do Município de Acarape: histórias, lendas e “caos” (Mata, 2011), e outras fontes de histórico do município sobre o termo “Acarape” que tem origem do tupi acarás: de Acarapé, que quer dizer caminho das garças, via de peixes. Pois essa denominação era de suma importância para os primeiros moradores dessas terras, pois inicialmente era conhecida como vila dos índios. Era habitada por índios Tapuias e Baturité depois de serem expulsos da região de Jaguaribe. Depois chamado de Cala Boca, só em 23 de dezembro de 1883 com a Lei N° 2.396, foi criado o distrito de Acarape, e assim desaparecendo a classificação de Cala Boca, esse nome foi dado até a abolição dos escravizados. A partir da Lei Providencial de N° 2.167, de 17 de agosto de 1889 passou a ser cidade através da abolição e passou a ser Redenção e depois Acarape, por isso tem como algumas vezes a história confundida com a de Redenção (atual).

Segundo Mata (2011) essa região do Ceará foi ocupada mais tarde, aproximadamente depois da metade do século XVIII, onde a chegada de brancos e implantação de sesmarias se concentrava inicialmente no sul da serra de Baturité seguindo o cominho ao redor do rio Pacoti principalmente (1680). Já no Município de Redenção as sesmarias se estabeleceu, por Marcelino Gomes (1702). Depois foi da Serra do Canta Galo por Pantaleão Ferreira de Castro (1776).

Através disso, tinha como resultado na região os recursos naturais, por possuir uma terra muito boa para a agricultura, onde cultivava arroz, milho, fava, batata e mandioca. Também criação de animais (o gado), e nas residências eram criados porcos,

galinhas, carneiros, etc., mas principalmente o cultivo da cana-de-açúcar, com a fabricação de açúcar e aguardente dando a Acarape uma terra conhecida como a “Terra da cachaça”. Produzida numa localidade chamada Pau Branco, como a tão conhecida chave-de-ouro uma das maiores fornecedoras de aguardentes no estado de Ceará, entre outras.

S.A “CESUCAR”, a usina Cariri, primeira fábrica de açúcar do Ceará, que tinha primeiramente como proprietário o Sr. Gradivon, um pernambucano. Anos depois vendeu para seus dois irmãos. Era de grande importância para o meio econômico para a população local, como também para visitantes em busca de emprego. A partir disso, dando origem as vilas, residências para os trabalhadores da usina, chamada Vila Velha. Posteriormente houve vendas e criação de outras vilas (MATA, 2011, P.46).

Outra fonte de renda era o algodão, como pioneira a fábrica São João, sendo posteriormente fundada outras fabricas. Produzindo lã, óleo, resíduos e sabão, as marcas eram Beija-flor e Sabão Pavão. Eram fornecidos tanto internos como externos, se tornou uma via de comercio muito grande, distribuindo para alguns estados da região sudeste do Brasil e Mossoró. Já para o comercio externo eram transportados por navios para a Inglaterra com o principal produto comprado a pluma (lã).

Outro produto das terras acarapenses, era a fábrica Apolônio Sales, no meio agrícola (o arroz) auxiliando a população até 1961. Ainda nessa fábrica eram vendidos também produtos como: corda, ferro, arame, etc. vale lembrar a fabricação de velas com o proprietário Sr. Valdemar César. Pois onde era sua residência é onde se exerce a câmara Municipal de Acarape atualmente.

Por fim, a produção de vinho e o calcário. O vinho foi também um produto muito conhecido como “vinho Tanoeiro” (MATA, 2011, P.51), que nos dá uma ideia de vasilha grande, ou seja, que conserva líquidos (se encontra nos engenhos antigos). O Sr. Jose Maria de Castro deu início em 1970 produção com jurubeba, anos depois seu negócio foi crescendo e virou um ponto de comercio. O calcário, onde até hoje se mantem na região de Canta Galo, dando muitos benefícios como emprego para uma boa parte da população com a fabricação de cal.

Todos esses produtos tornaram Acarape um grande ponto comercial, se tornando um ponto inicial de encontro entre esse comercio era com a estação ferroviária ocupando uma área de 346m². Onde ficavam famílias que aproveitavam o grande fluxo de pessoas para vender alimentos como: tapioca, café, água, etc. foi inaugurada no dia 26 de outubro de 1879, foi a partir daí que aumentou o desenvolvimento populacional e de

desenvolvimento da cidade. O transporte na época era a máquina Maria Fumaça (trem a vapor), que chegou nos anos de 1879, EFB (Estrada de Ferro de Baturité). Em 1910 mudou para RVC (Rede de Viação Cearense), que iniciava de Fortaleza atingindo a cidade do Crato. Depois mudou para o trem movido a óleo (conhecido como Asa Branca). A paralização foi através de um acidente que morreram seis pessoas, anulando a transição de pessoas por esse meio de transporte tão utilizado.

Segundo Maria Escolástica de Castro da Mata (2011) o processo da educação do município se deu primordialmente por aulas particulares. Um tempo depois uma professora chamada Eliza Melo funda a primeira escola Pública: Escolas Reunidas do Acarape, pois funcionava com horários separados ambos os sexos (mulheres e homens em horários diferentes). Tinha apenas três salas e o ensino era do 1º ao 4º ano primário.

Posteriormente surge a Escola Maria do Carmo Bezerra em 18 de abril de 1968 com a modalidade mais avançada no ensino, assim nos próximos anos dando origem as outras escolas (MATA, 2011), que hoje funciona a única escola de Ensino Médio do município. Pois atualmente existem 16 escolas municipais e uma estadual com o total de 18 escolas, sendo uma de rede particular. Tendo em vista a Escola onde se concentra a pesquisa E.E.F Francisco Rocha Ramos, possui 10 salas de aula, 23 funcionários, com uma secretaria, uma sala de leitura, quadra sem coberta e um pátio coberto. No qual se une 409 alunos, para os de ensino fundamental são 327 e o EJA são 82 alunos. Assim analisando os dados segundo o senso do IBGE para ser clara a frequência de pobreza é de 57,94%, sendo essa frequência subjetiva de 65,27%, olhando para esses números quer dizer que é mais da metade da população. De acordo com o índice de Gini²:

A desigualdade social é de 0,38 com os limites inferiores de incidência da pobreza subjetiva, está também acima da metade com 60,89% e o limite inferior de Gini é 0,36. Já os limites superiores são de 63,54% e o de Gini de 0,41%. Portanto através desses números percebemos que o município está com maior parte da população acima da incidência da pobreza. Mas não quer dizer que é o único com esses dados, comparando com outras localidades do Ceará estão com números muito aproximados um do outro.

Após todo este percurso teórico ficou mais evidente que o desempenho escolar das crianças é afetado mais diretamente pela sua condição de excluídas do que por variáveis como a família ou problemas de ordem da saúde física ou mental. A ausência

² O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). (WOLFFENBUTTEL, 2004, p.01)

do estado, ou ainda a má presença do estado no sistema de educação impacta o percurso escolar e logo, o desempenho educacional dos cidadãos. As condições de empobrecimento das famílias é, na verdade, a negligência política que não gera emprego, renda, que não oferece saúde e educação de qualidade. Ainda por cima se gera uma ideia de que a culpa é da sociedade, massacrando as famílias pelo fracasso escolar de suas crianças.

5. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS - SOCIOPOÉTICA

Para a construção de uma pesquisa nos permite pensar além de apenas escrever sobre algo, é na verdade conhecer, pois através do conhecimento a necessidade de interpretar e entender sobre um devido tema ou questão. Para isso, incluindo pessoas, histórias de vida e seu cotidiano, lutas que difundem da sociopoética que permite a produção do sentimento, da emoção, o enraizamento dos nossos pensamentos. Essa abordagem de produção de conhecimento coletivo não se prende a outros vários conceitos simultâneos, nos dando um olhar filosófico, pois é a filosofia que nos permite criar novos conceitos além dos já existentes. Conceitos esses criado através de outros conceitos, de histórias que estão conectadas entre si.

Os conceitos criados pelos copesquisadores durante uma pesquisa Sociopoética, que forma filósofos, são como uma lava quente que se espalha pela terra, a lava não é o vulcão que lhe expulsa para fora como um jato, no entanto não existe fora dele. Dessa maneira, a Sociopoética constitui-se em forma prazerosa de pesquisa e caracteriza-se principalmente pela utilização de técnicas artísticas que possibilitam a produção coletiva de conhecimentos pelo corpo, podendo ainda originar um conceito de cientificidade mais humano. (NUNES, 2014, p.51)

Nesse sentido, com a necessidade de socializar conhecimentos todos nós temos a capacidade de criar conceitos filosóficos, tendo em vista rotinas, saberes, aprendizados, experiências, etc. envolvendo problemas que surgirão dentro de um problema que serão absolvidos aos conceitos ligando a outros conceitos gerando conhecimento numa sequência sem limite. Levando em conta que o aparente do outro leva a compreensão interna do comportamento, ideias, mitos e valores.

Esse referencial teórico-metodológico é um sustento criado pelo intelectual francês Jacques Henri Maurice Gauthier, graduado em filosofia (1971) pela Université de

Grenoble Sciences Sociales. Suas áreas de atuação em ciências humanas se resumem em fundamentos educacionais. Ele se expressa como um lutador contra o colonialismo na França, no candomblé da Bahia e juntamente com os ancestrais indígenas. Tendo em vista essa luta o sentimento pelo próximo que sofreu dentro do processo colonizador, para se obter uma mudança dentro da sociedade. Nos permite a prática com métodos usando a arte e a criatividade, dando a pesquisa uma "poesia crítica". Atuando basicamente na interculturalidade, análise institucional, filosofia, metodologia e epistemologia da pesquisa. É na verdade um vínculo entre a descolonização, a transculturalidade e espiritualidade.

Pretendo utilizar a sociopoética como meio de produção de dados para a realização da pesquisa, para podermos ter a possibilidade de entender o que as crianças pensam sobre o assunto, ou seja, uma construção coletiva a partir de um tema gerador. A Sociopoética tem origem nas experiências de Gauthier, em relação aos seus fundamentos teóricos quando o grupo-pesquisador se transforma em co-pesquisador. Isso significa que, os pesquisados vão produzir os dados do estudo, considerando algo prático e eficaz, como várias pesquisas sociopoéticas são feitas no Brasil em diversas áreas.

O processo de uma pesquisa Sociopoética divide-se em: oficinas de produção e análise dos dados pelos copesquisadores e posteriormente pelo pesquisador oficial (aquele que propõe a pesquisa) e se chama facilitador. Para as oficinas de produção de dados, o facilitador seleciona e/ou cria técnicas de produção de dados que envolvem dispositivos artísticos de produção de conhecimentos por intermédio do corpo e de maneira coletiva. (NUNES, 2014, p.51)

O devido processo do método teórico-metodológico tem como objetivo junto com o facilitador para que possa experimentar descontraidamente, produzindo os dados com mais clareza nos dando novos ângulos de avaliação, buscando diferentes linguagens através do que produzirem. Também permite a criação de oficinas, sendo pelo próprio pesquisador como achar melhor para se obter resultados mais diretos sobre o problema apresentado. Depois da aplicação desse processo com a participação do copesquisadores, os dados passam a ser avaliados pelo facilitador obtendo suas próprias conclusões na demanda das ideias que transcorrem o senso do grupo diante do tema-gerador nos seus diferentes fatores. Posteriormente, levando os resultados para os copesquisadores de forma mais breve, bibliográfica para a reflexão dos mesmos, podendo confirmar ou não daquilo que se concluiu de seus dados, finalizando com uma análise filosófica a respeito

das opiniões exercidas pelas crianças. É importante utilizar uma linguagem adequada para cada grupo, bem como produzir oficinas também em conformidade com o público envolvido.

6. MÉTODOS/DESENHO DOS INSTRUMENTOS – DISPOSITIVOS

Buscando investigar a temática dessa concepção, esse projeto será pautado na investigação a partir do tema proposto. De modo a atingir a realidade sobre a problemática levantada, o estudo examinará o olhar de criança por trás de desenhos, brincadeiras, fazendo arte, usando a sua imaginação ligando com o seu conhecimento de mundo por meio de oficinas planejadas com antecedência.

Este acontecerá na escola de Ensino Fundamental Francisco Rocha Ramos, com crianças do 4º ano.

Aplicaremos oficinas sociopoéticas a partir do tema gerador: “O que penso/sinto pela minha escola? ”. A partir do tema gerador, elaboraremos três oficinas sociopoéticas. A primeira usará o corpo como produção do conhecimento.

Oficina I: O meu corpo é a minha escola. Com base nessa oficina, os alunos se subdividirão em três grupos, cada grupo irá ter 15 minutos para planejarem uma estátua viva que traduza de forma coletiva o que pensam da escola. Após pensarem na estátua viva, todos devem se posicionar no meio da sala de forma estática para que possamos fotografar. Em seguida eles falarão o que a estátua representa. Ao final teremos três estátuas vivas

Oficina II: O sentimento escola: A oficina iniciará em círculo. As crianças serão vendadas e conduzidas a um relaxamento com uma música suave. Em seguida, as levaremos a uma viagem imaginária ao lugar dos sentimentos pela escola. Pediremos que elas percebam que sentimentos estão neste lugar e que criem um desenho para expressarem este sentimento. Em seguida pediremos que pintem o sentimento em um grande painel coletivo de papel madeira ou tecido. Por fim cada uma falará sobre o sentimento escola que desenhou. Iremos gravar.

Oficina III: Tempestade de ideias sobre a escola: Faremos uma dança com uma música a ser escolhida pelas crianças. Durante a dança as crianças irão parar quando a música parar e irão escrever uma tempestade de ideias sobre o que ajuda na sua

aprendizagem. A música tocará para a dança. Em seguida parará para que escrevam o que atrapalha a aprendizagem.

Após a aplicação das oficinas, todo o material produzido será analisado por mim para compreendermos o pensamento das crianças sobre a escola e seu processo de aprendizagem.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES

ALGEBAILLE. Eveline Bertino **ESCOLA PÚBLICA E POBREZA: expansão escolar e formação da escola dos pobres no Brasil**- Niterói, 2004

«[Acarape - Estações Ferroviárias do Estado do Ceará](#)». Consultado em: 29 de dezembro de 2010

_____. **A LDB e as instituições de educação infantil: desafios e perspectivas**. Revista Paulista de Educação Física. São Paulo, supl.4, p.7-14, 2001^a

BARBOSA. Priscila Maria Romero **Breve relato da história da educação excludente: do início da colonização aos dias de hoje em nosso país**. Educação pública. CECIERJ, 12 de junho de 2012 Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0337.html>

BUENO. Erika de Souza **A Educação e seus desafios no Brasil de hoje**, São Paulo, 2013

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **LEI Nº 10.219, DE 11 DE ABRIL DE 2001**. Cria o programa nacional da Renda Mínima vinculada à educação – “Bolsa Escola”, e dá outras províncias.

BRASIL. **DECRETO Nº 8.794, DE 29 DE JUNHO DE 2016** altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que instituiu o Plano Brasil Sem Miséria, e dá outras províncias

CURY. Carlos Roberto j. **A Educação no Brasil Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008

DUARTE. Clarice Seixas **A Educação como um Direito Fundamental de Natureza Social** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 691-713, out. 2007

DUARTE. Natália. **Política Social: um estudo sobre educação e pobreza**. Tese de doutorado. Brasília, 2012.

HAYDEE. Sandra Petit; SOARES. Rosileide de Maria S. **Algumas considerações sobre as contribuições da sociopoética à construção coletiva do conhecimento na pesquisa em EP**. UFC - GT-06 _____

KAUARK. Fabiana da Silva; SILVA. Valeria Almeida dos Santos **Dificuldades de aprendizagem na series iniciais do ensino fundamental e ações psico e pedagógicas**. Rev. Psicopedagogia 2008; 25(78): 264 - 70

LIMA. Maria José de **A Sócio-Poética: fundamentos teóricos, técnicas diferenciadas de pesquisa**. Vivência R. Bras. Enferm. Brasília, v. 51, n. 1, p. 181-182, jan./mar., 1998

MAESTRI. Rogério **A história do nascimento da educação pública**. *Revista GGN*, 13 de dezembro de 2012 Disponível em: <https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-historia-do-nascimento-da-educacao-publica>

LUCAS. Luiz Paulo Vellozo **Combate à pobreza e educação infantil**. 30 de outubro de 2015 Disponível em: <http://blogdoluizpaulo.com.br/combate-a-pobreza-e-educacao-infantil/>

MATA. Maria Escolástica de Castro Sousa da **Memórias do município de Acarape: histórias, lendas e caus** – Fortaleza: Premium, março de 2011

MENDONÇA. Uiliete Márcia Silva de **O Olhar da Criança sobre a Escola de Educação Infantil – UFRN**, 2007 Disponível em: <http://www.construirnoticias.com.br/o-olhar-da-crianca-sobre-a-escola-de-educacao-infantil/>

NUNES. Vanessa dos Santos **Sociopoetizando a filosofia de jovens sobre a violência e a relação como a convivência na escola**, em Terezina-PI. UFP, Terezina, p.47-73, 2014

PATTO, M.H.S. **A Reprodução do fracasso escolar**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.

SPOZATI. Aldáza Exclusão Social e Fracasso Escolar - em Alberto, Brasília, v. 17, n. 71, p.21-32, jan. 2000

SILVA. Rebeca de Alcântara. **A Menina e o Erê nas viagens ao ser negro/ ser negra: Uma pesquisa sociopoética com Educadores em formação**, Fortaleza, 2007

Site: <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/1150403>

Site: <https://www.escavador.com/sobre/574441/jacques-henri-maurice-gauthier>

Site: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/arte-na-educacao-o-olhar-da-crianca-e-a-sua-criacao/42603>

Site: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/ceara/acarape.pdf>

Site: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=230015&idtema=19&search=ceara|acarape|mapa-de-pobreza-e-desigualdade-municipios-brasileiros-2003>

Site: <http://calendariobolsafamilia2016.com/bolsa-escola-o-que-e-e-como-funcionava/>

Site: <http://calendariobolsafamilia2016.org/bolsa-escola/>

Site: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23

Site: <http://www.saude.curitiba.pr.gov.br/programas/promocao-da-saude/acoes-educativas.html>

WOLFFENBÜTTEL. Andréa **O que é? - Índice de Gini 2004**. Ano 1. Edição 4 – 01 de novembro de 2004

